

NECESSIDADE E CAUSA NA TEORIA DA AÇÃO ARISTOTÉLICA: UMA INTERPRETAÇÃO INDETERMINISTA

CAMILA FIGUEIREDO¹; JOÃO HOBUSS²

¹ Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – camilafigueiredoo@hotmail.com

² Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – joao.hobuss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A obra ética aristotélica denominada *Ética Nicomaqueia* (EN) possui como tema central o exame da virtude, envolvendo a análise de como ocorre sua aquisição, bem como sua relação com a *eudaimonia*. Dentro dessa análise, se encontra a teoria da ação aristotélica, que diz respeito mais propriamente ao exame das ações voluntárias, pois para o Estagirita, a virtude é alcançada através de ações virtuosas reiteradas e voluntárias, sendo uma disposição de caráter.

Quando Aristóteles trata da disposição de caráter, parece que o filósofo admite um determinismo com relação às ações do agente, pois, como afirma com relação ao injusto e ao intemperante, “a princípio dependia deles não se tornarem homens dessa espécie, de modo que é por sua própria vontade que são injustos e intemperantes; e agora que se tornaram tais, não lhes é possível ser diferentes”¹. Ou seja, após a aquisição de uma disposição de caráter, parece não ser mais possível agir diferentemente do que a disposição engendrada determina, já que “uma disposição de caráter, que é um de dois contrários, não produz resultados opostos”². Então, cabe perguntar se a noção de voluntariedade aristotélica sobreviveria em um universo em que as ações humanas fossem determinadas.

O presente trabalho tem por objetivo tratar da teoria da voluntariedade aristotélica à luz dos conceitos de necessidade, *aitia* (causa) e *to eph' hemin* (‘o que depende de nós’), buscando evidenciar a possibilidade de defesa do indeterminismo nas ações humanas, tanto antes da aquisição da disposição de caráter quanto após a obtenção desta. Assumo a interpretação de Richard Sorabji, que compreende que Aristóteles negou a necessidade sem comprometer-se com a negação da causalidade³, mas compreendo que é possível evidenciar de modo mais forte a possibilidade de mudança de caráter, e o farei através da exposição de passagens do *corpus aristotelicum*.

¹ EN 1014a17-23.

² EN 1129a11-15.

³ O autor compreende determinismo com relação à necessidade, e não propriamente à causalidade. as palavras do autor: “Por determinismo eu quero significar a visão de que tudo o que acontece tem sido ao longo necessário, isto é, fixo ou inevitável”. Ver SORABJI, R. 1980, pp. IX.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma leitura exegética da obra *Ética Nicomaqueia*, com suporte de obras não éticas, como a *Metafísica* e a *Política*, além de uma análise crítica do pensamento de autores contemporâneos que tratam do tema explorado, como David Furley, Carlo Natali e Richard Sorabji, contidos nos respectivos livros: *Two readings on the greek Atomists*, *Reason and Determinism in Aristotle* (além de outros artigos) e *Necessity, Cause and Blame*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sorabji intenta mostrar Aristóteles como um indeterminista, sustentando que Aristóteles tenha negado todas as ações humanas como necessárias. Ao negar que as ações voluntárias sejam necessárias, Aristóteles não precisa implicar que elas sejam incausadas, ou seja, que haja um rompimento na corrente causal. Assim, de acordo com Sorabji, Aristóteles negou a necessidade sem comprometer-se com a negação da causação⁴.

Seu posicionamento se deve ao fato de Sorabji crer que Aristóteles não considera que nossos atos estejam fixados quando deliberamos, pois no livro III da EN o Estagirita afirma que a nossa deliberação não concerne ao necessário, mas sobre o que pode ser diferente. É possível se utilizar do conceito de voluntário para sustentar que tais ações não são necessitadas, pois, sendo o voluntário “aquilo cujo princípio motor se encontra no próprio agente que tenha conhecimento das circunstâncias particulares do ato” (EN 1110a22-24), esse tipo de ações é explicitado por referência aos conceitos de ‘o que depende de nós’ e da ‘origem interna (*archê em hemin*) de nossas ações’, conceitos que dão espaço para ações não necessitadas. O conceito de voluntário, relacionando-se com a origem interna das ações e com o que depende de nós, não permite que haja qualquer processo de necessidade no âmbito das ações, pois dependerá do agente fazer x ou ~x, o que é incompatível com o conceito de necessário, pois, como Aristóteles afirma na *Metafísica* 1015a35, “dizemos que é necessário que seja assim o que não pode ser diferente do que é”.

No que tange à afirmação de Sorabji de que uma ação pode ser causada sem ser necessitada, o autor fornece o seguinte exemplo: uma criança pode tomar o brinquedo de outra, ao invés de lembrar-se que ela deveria pedir permissão. Ao tomar o brinquedo, a criança está respondendo a um conjunto de sentimentos em vez de outro, mas nenhum desses sentimentos torna a ação necessária, pois, nas mesmas circunstâncias, a criança poderia ter agido de outro modo. E mesmo assim, sua ação possui explicação e uma causa, a saber, esse conjunto de incentivos que favoreceu sua apropriação do brinquedo. O autor afirma que no corpus aristotélico não é possível

⁴ Ao fazer tal afirmação, Sorabji deve lidar com a passagem da *Metafísica* E 3, em que é sustentado que o que é causado é necessitado. Durante sua exposição de pensamentos, Sorabji defende que essa passagem foi excluída por Aristóteles ao tratar das ações humanas.

encontrar evidências que apontem para a quebra de cadeias causais, de modo que o Estagirita não considera que causa implique em determinação, diferentemente da necessidade.

É possível questionar se há espaço para a indeterminação após a aquisição de uma disposição de caráter, já que, como foi demonstrado na introdução, há passagens que apontam para a impossibilidade de mudança de caráter do agente. Contudo, considero que algumas ponderações de Sorabji valham para o segundo período de vida do agente, como o processo deliberativo, por exemplo, que continua existindo e sendo um ato de pesar razões contrárias, não versando sobre o necessário. Se caso a origem das ações não mais dependesse de nós e não fosse interna, o processo deliberativo cessaria, pois não deliberamos sobre o que não pode ser diferentemente.

Por fim, se faz importante considerar algumas passagens específicas que deixam claro que o determinismo não é o caso após a aquisição da virtude ou do vício: na Política 132b6-8, o filósofo afirma que “as pessoas fazem coisas contrariamente aos seus hábitos e sua natureza por causa da razão, se elas são convencidas de que é melhor fazer de outro modo”. Na EN 1152a27-30 deixa claro que “é mais fácil mudar um hábito do que alterar a nossa natureza; e o próprio hábito muda dificilmente porque se assemelha à natureza”. E, ainda, na Metafísica 1046b5 o filósofo afirma que “cada uma das coisas que são acompanhadas de razão são igualmente capazes de efeitos contrários”. Das passagens citadas depreende-se que é possível agir de modo diverso, contrário ao que se foi habituado e é até possível mudar o hábito, o que significa que nem após a aquisição de uma disposição de caráter as ações humanas se tornam necessárias, sendo possível a mudança das disposições de caráter.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa teve como enfoque a utilização de obras não éticas para a investigação da possibilidade de mudança de caráter e da existência do determinismo com relação às ações humanas, pois compreendo o *corpus aristotelicum* de modo uno, sendo frutífero utilizar-se dessas obras para clarificar o pensamento do Estagirita na EN e desvanecer algumas aparentes contrariedades na teoria do filósofo grego. Apresentei uma possibilidade de leitura da teoria da ação aristotélica, que, embora tenha que rejeitar uma passagem específica da obra Metafísica, se mostra coerente com grande parte dos escritos de Aristóteles e o ‘salva’ de uma interpretação determinista das ações humanas, que certamente minaria o propósito de suas obras éticas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Metafísica**. (Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale). Vol.2 . São Paulo: Edições Loyola. 2005.

_____. **Nicomachean Ethics** (translated with introduction, notes, and glossary, by Terence Irwin). 2^a ed. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1999.

_____. **The Complete Works of Aristotle** (The Revised Oxford Translation, Ed. Barnes, J.). Vol. 1 and 2. Princeton: Princeton University Press, 1984.

FURLEY, D. **Two studies in the greek atomists**. Princeton: Princeton University Press, 1967.

HOBUSS, João. Aristóteles e a possibilidade da mudança de caráter. **Dois Pontos**. Curitiba, São Carlos, vol. 10, n. 2, p.291-313, outubro, 2013.

NATALI, C. *Por que Aristóteles escreveu o Livro III da EN?* IN: **Analytica**, vol. 8, n. 2, , p. 47-74, 2004.

SORABJI, R. **Necessity, cause, and blame**. London: Duckworth, 1980.